



**ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

**CONCURSO PÚBLICO PARA INGRESSO NA
CARREIRA DA MAGISTRATURA DO ESTADO DE MATO GROSSO**

1

1. Prova Objetiva

INSTRUÇÕES

- ✓ VOCÊ RECEBEU SUA FOLHA DE RESPOSTAS E ESTE CADERNO CONTENDO 100 QUESTÕES OBJETIVAS.
- ✓ LEIA CUIDADOSAMENTE AS QUESTÕES E ESCOLHA A RESPOSTA QUE VOCÊ CONSIDERA CORRETA.
- ✓ RESPONDA A TODAS AS QUESTÕES.
- ✓ ASSINALE NA FOLHA DE RESPOSTAS, COM CANETA DE TINTA AZUL OU PRETA, A ALTERNATIVA QUE JULGAR CERTA.
- ✓ É VEDADO AO CANDIDATO ASSINAR A PROVA, ESCREVER SEU NOME, NÚMERO DE INSCRIÇÃO OU APOR QUALQUER SINAL QUE POSSA IDENTIFICÁ-LO, EM LUGAR NÃO INDICADO PARA TAL FINALIDADE, SOB PENA DE ANULAÇÃO DA PROVA OBJETIVA E CONSEQUENTE ELIMINAÇÃO DO CONCURSO.
- ✓ A DURAÇÃO DA PROVA É DE 5 HORAS.
- ✓ É OBRIGATÓRIA A PERMANÊNCIA DO CANDIDATO NO LOCAL POR, NO MÍNIMO, 1 HORA, A CONTAR DO INÍCIO DA REALIZAÇÃO DA PROVA.
- ✓ O CANDIDATO SOMENTE PODERÁ SE RETIRAR DO LOCAL DE REALIZAÇÃO DA PROVA, LEVANDO O CADERNO DE PROVA, NO DECURSO DOS ÚLTIMOS 30 MINUTOS ANTERIORES AO HORÁRIO DETERMINADO PARA O TÉRMINO DA PROVA.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

BLOCO I

DIREITO CIVIL

01. Os pais de Daniel viveram desde 4 de dezembro de 2000 em uma casa de 75 m² no centro da cidade, exercendo posse como se donos fossem do imóvel, pois não possuíam outro imóvel, no entanto, faleceram em um trágico acidente ocorrido em 11 de agosto de 2008. Ficando o imóvel fechado e vazio por três meses, Ana, que possuía escritura de propriedade do imóvel, inscrita no Registro Público, retomou o imóvel e lá se encontra residindo há seis meses. Daniel, não se conformando com a situação, ingressou com ação objetivando reaver o imóvel. Diante desse fato, é correto o que se afirma em:
- (A) como Daniel não exercia posse sobre o imóvel, o falecimento de seus pais não lhe garante nenhum direito sobre este, por não ter somado suas posses.
 - (B) Daniel somente poderia ter algum direito sobre o imóvel, se seus pais tivessem requerido a aquisição de propriedade do imóvel por ação de usucapião.
 - (C) o falecimento dos pais de Daniel interromperam a posse com *animus domini*, impossibilitando a aquisição da propriedade por usucapião.
 - (D) Daniel adquiriu o imóvel por sucessão *causa mortis*, razão pela qual poderá intentar a retomada do imóvel por via judicial em face de Ana.
 - (E) Ana é proprietária do imóvel por ter título público inscrito e retornando à sua posse, não se discute eventual direito de terceiros.
02. João, pretendendo vender seu carro, outorga procuração, por instrumento público, a Carlos, para fazê-lo em seu lugar. Carlos, como mandatário, substabelece os poderes recebidos por instrumento particular a sua irmã, que por sua vez vende o carro a seu pai, por meio de contrato em que houve a declaração de sua quitação do preço, porém João nada recebeu, ficando evidente que não houve nenhum pagamento. Diante dos fatos apresentados, é correto dizer que
- (A) o instrumento de substabelecimento de mandato não tem validade, visto que outorgado o mandato por instrumento público, esta deveria ter sido a forma do substabelecimento, sendo a venda inválida.
 - (B) a declaração de quitação do contrato assinado presume-se verdadeira em relação aos signatários, desse modo, João não poderá cobrar o valor da transação.
 - (C) a declaração de quitação, por ser enunciativa, não exime Carlos de comprovar sua veracidade, desse modo, deverá prestar contas do mandato a João.
 - (D) a declaração de quitação, por ser dispositiva, exime a prova do pagamento, visto que as declarações constantes do documento são verdadeiras em relação às partes.
 - (E) os efeitos do negócio, transferência da propriedade, em relação a terceiros de boa-fé, como é o caso do pai de Carlos, só se opera com a transferência do documento do veículo.
03. Em relação à prescrição da ação de reparação de danos cometidos por agente público em 15 de abril de 2001, aponte a alternativa correta, no que diz respeito ao posicionamento do Superior Tribunal de Justiça.
- (A) O entendimento minoritário é de que o prazo prescricional de três anos relativo à pretensão de reparação civil – Art. 206, § 3.º, V, do Código Civil de 2002 – prevalece sobre o quinquênio, em face do servidor.
 - (B) O entendimento daquela Corte é no sentido de que é de cinco anos o prazo prescricional da ação de indenização, e de qualquer outra natureza, proposta em face do servidor, nos termos do Art. 1.º do Decreto n.º 20.910/32.
 - (C) Considerando que o evento danoso ocorreu durante a vigência do Código Civil de 1916, não se aplica o prazo prescricional do Código Civil de 2002, prevalecendo a prescrição vintenária, pois trata-se de favorecer o administrado.
 - (D) A Corte não pacificou seu entendimento, havendo decisões no sentido de que ora podem ser aplicados os prazos estabelecidos no Código Civil, ora a prescrição quinquenal especial, para o servidor.
 - (E) A pretensão da reparação civil mantém-se submetida ao prazo prescricional de cinco anos, que é próprio para as ações condenatórias intentadas em face da Fazenda Pública, aplicando-se o Código Civil em face do servidor.
04. Observe as assertivas a seguir.
- I. Em ação de indenização, procedente o pedido, é necessária a constituição de capital ou caução fidejussória para a garantia de pagamento de pensão, independentemente da situação financeira do demandado.
 - II. Não é lícita a cumulação das indenizações de dano estético e dano moral, visto que se confundem.
 - III. A correção monetária do valor da indenização do dano moral incide desde a data do arbitramento.
 - IV. Na ação de indenização por dano moral, a condenação em montante inferior ao postulado na inicial não implica sucumbência recíproca.
 - V. O valor do seguro obrigatório não deve ser deduzido da indenização judicialmente fixada.
- Está correto apenas o que se afirma em
- (A) I e II.
 - (B) III e V.
 - (C) I, III e IV.
 - (D) II, IV e V.
 - (E) I, II e IV.

05. Em separação judicial consensual, Otávio obrigou-se a pagar 12 salários mínimos de pensão alimentícia a cada um dos dois filhos, acrescida de 13.º salário. Um ano após a separação, constituiu uma nova união, nascendo desta mais um filho, ocasião em que também pediu demissão da empresa em que trabalhava como diretor comercial, para abrir seu próprio negócio. Considerando apenas que o nascimento de mais um filho e a nova união aumentaram suas despesas, Otávio ingressou com ação para rever o valor das pensões, pretendendo pagar 4 salários mínimos para cada um. Diante desse fato, aponte a alternativa correta.
- (A) O simples fato de constituir nova família, resultando ou não em nascimento de filho, não importa no decréscimo da pensão alimentícia prestada a filhos havidos da união anterior, notadamente se a situação econômica do devedor permanece inalterada.
- (B) A constituição de nova família e o nascimento de um outro filho importam no decréscimo da pensão alimentícia prestada a filhos havidos da união anterior, visto que é motivo suficiente para demonstrar uma inversão da situação econômica do devedor.
- (C) Para eventual revisão do valor da pensão no caso em tela, não importa verificar a necessidade dos alimentandos, tampouco a situação econômica da genitora, visto que esses fatos foram considerados por ocasião da separação judicial.
- (D) Os alimentos não podem ser fixados em salário mínimo, razão pela qual caberá sua revisão para adequá-lo a uma porcentagem da renda do alimentante, ainda que mensalmente variável, verificada pelos meios contábeis ordinários.
- (E) Os alimentos devem ser fixados de acordo com a possibilidade momentânea do devedor, sendo possível revê-los a qualquer momento, não se considerando, na sua fixação, a condição social dos alimentados, mas apenas as necessidades básicas.
06. Diva viveu maritalmente com Roberto entre agosto de 1991 e março de 1993, ocasião em que compraram juntos uma casa situada na rua Aurora. Após um período de separação, houve uma reconciliação e, visando formalizar a união, Diva e Roberto contraíram matrimônio no dia 17 de janeiro de 1995, firmando pacto antenupcial para a adoção do regime de separação de bens. Durante o casamento, venderam a casa da rua Aurora e com o dinheiro, Roberto adquiriu em seu nome a propriedade de uma casa situada na rua Consolação. Ocorre que Roberto hipotecou esse imóvel, sem outorga de Diva, em razão de seu regime de bens. Diante desses fatos, assinale a alternativa correta.
- (A) A Diva pertence a metade ideal do imóvel hipotecado, uma vez que foi adquirido por fruto da constância da união estável, o que deverá ser declarado em juízo.
- (B) Roberto pode hipotecar o imóvel, visto que casado pelo regime de separação convencional de bens, não sendo possível opor-se Diva, resguardando-se direito de terceiros.
- (C) A outorga uxória para a hipoteca não seria necessária se o regime de separação fosse o obrigatório, visto que afasta eventual comunhão dos aquestos.
- (D) Diva não deve anuir com a hipoteca, uma vez que o bem não lhe pertence, mas apenas a Roberto, pois não houve comunhão dos bens adquiridos na constância do casamento.
- (E) Independentemente do regime de bens, a outorga uxória é sempre necessária para gravar de ônus real o bem, ainda que este seja o de separação legal ou convencional de bens.
07. Em relação ao direito sucessório, indique a alternativa correta.
- (A) A ordem de vocação hereditária, após a vigência do Código Civil de 2002, por ele fica regida, independentemente do tempo do falecimento, excetuando-se a falta de colaterais.
- (B) As cláusulas de inalienabilidade, impenhorabilidade e de incomunicabilidade, sobre os bens da legítima, não exigem formalização de justa causa, se o testamento é anterior à vigência do Código Civil de 2002, independentemente da data da abertura da sucessão.
- (C) Para excluir da sucessão os herdeiros colaterais, o testador deve dispor expressamente sua manifestação de última vontade, caso contrário, aberta a sucessão, seguirá a linha sucessória.
- (D) O herdeiro necessário, a quem o testador deixar a sua parte disponível, ou algum legado, perderá o direito à legítima, exceto se o testador outra situação deixar formalizada.
- (E) A dispensa de colação, ou seja, o modo de igualar as legítimas dos descendentes e do cônjuge, pode ser outorgada pelo doador em testamento, ou no próprio título de liberalidade.

08. João doou para sua filha Célia cotas de estabelecimento comercial, permanecendo como seu usufrutuário. João percebe rendimentos dessas cotas e deseja transferir parte do usufruto à pessoa jurídica constituída por seu irmão Marcelo. Nesse caso,

- (A) não é possível a transferência do usufruto em parte, mas apenas em sua totalidade.
- (B) não é possível a transferência do usufruto para pessoa jurídica, ainda que regularmente constituída.
- (C) é possível a transferência por cessão de parte do usufruto para pessoa jurídica a título gratuito.
- (D) é possível a transferência por alienação de parte do usufruto apenas para pessoa física.
- (E) é possível a transferência por alienação a título oneroso para pessoa física ou jurídica.

09. Editora lança livro narrando a biografia de cantor famoso, já falecido. Na obra, há menção a fatos desonrosos referentes ao cantor. Seus filhos, sem pretenderem impedir a veiculação do livro, por ofender a honra e imagem do pai, requerem indenização por danos. Em razão do exposto, indique a alternativa correta.

- (A) Os filhos não podem ingressar com ação com esse objetivo, pois os direitos da personalidade guardam como principal característica a sua intransmissibilidade.
- (B) Os filhos pleiteiam tutela por direito próprio, pois a imagem, o nome e os feitos do biografado projetaram efeitos patrimoniais para além de sua morte, que se incorporaram ao patrimônio dos filhos.
- (C) O exercício da livre manifestação do pensamento, da expressão intelectual e da profissão autorizam a biografia de pessoas famosas, visto que sua vida é pública.
- (D) Não sendo o caso de intenção difamatória, mas apenas o relato da vida, o nome da pessoa pode ser empregado por publicações impressas, mesmo que acabe atingindo sua honra.
- (E) A vida privada da pessoa natural é inviolável, e os filhos somente poderão pleitear as providências necessárias para impedir ou fazer cessar ato contrário a esta norma.

10. O princípio dispositivo

- (A) restringe a área de cognição do juiz ao quanto alegado e provado pelas partes e essa restrição diz respeito não só à matéria de fato, mas também à de direito.
- (B) vem ganhando mais rigor diante do fenômeno da colocação publicista do processo, engessando a margem de manobra do julgador em prol de uma perspectiva imparcial.
- (C) em sentido material diz respeito à possibilidade de a parte dispor do direito tutelado e, em sentido formal, refere-se à possibilidade de a parte dispor das faculdades, direitos ou poderes processuais.
- (D) se confunde, na doutrina contemporânea, com o princípio da disponibilidade processual, ou seja, com a configuração do poder atribuído ao indivíduo de apresentar ou não, em juízo, uma determinada pretensão.
- (E) atribui ao julgador o poder de dispor livremente sobre as matérias a serem alegadas e provadas em busca da verdade real nos autos.

11. Sobre a jurisdição e seus predicados, assinale a assertiva correta.

- (A) A possibilidade do nomeado à autoria vir a recusar essa qualidade no processo não chega a constituir uma exceção à característica da inevitabilidade da jurisdição.
- (B) Nos juizados especiais cíveis, o árbitro tem autorização legal para julgar por equidade, dispensada a autorização das partes.
- (C) O Código de Processo Civil brasileiro, seguindo a orientação do direito moderno, não prevê hipótese de exigência da identidade física do juiz.
- (D) A Jurisdição como função do Estado é destinada à solução imperativa de conflitos e exercida mediante a atuação da vontade do julgador em casos concretos.
- (E) O caráter da substitutividade tem a ver com a substituição de pessoas e não de atividades. Por isso, quando um dos sujeitos litigantes é o próprio Estado, não estará presente tal caráter, pois o juiz representa o próprio Estado.

12. Constituem exemplos de ações em que ambos os cônjuges devem necessariamente ser citados as de

- (A) direitos reais mobiliários e direito de superfície.
- (B) arrendamento e uso de imóvel.
- (C) locação de bens imóveis e servidão predial.
- (D) comodato de bens imóveis e depósito.
- (E) composses e habitação.

13. Em tema de resposta no processo civil,

- (A) quando o réu propõe reconvenção, o autor deve ser pessoalmente citado para contestá-la, sob pena de nulidade.
- (B) é lícito ao réu formular pedido em seu favor no Juizado Especial Estadual, desde que fundado no mesmo direito objeto da controvérsia.
- (C) admite-se a resposta escrita ou oral no rito dos Juizados Especiais Estaduais, o mesmo não se podendo afirmar em relação aos ritos ordinário e sumário, os quais apenas admitem resposta escrita.
- (D) a existência de qualquer causa que extinga a ação principal obsta o prosseguimento da reconvenção.
- (E) é certo que mesmo não contestada a ação, caso o réu seja revel, ao autor não é dado alterar livremente o pedido ou a causa de pedir sem a renovação da citação do demandado.

14. O juiz de determinada comarca omitiu-se, sem justo motivo, a respeito de uma providência que deveria ter ordenado a requerimento da parte. De acordo com o Código de Processo Civil, ficará caracterizada a aludida falta e assegurada eventual responsabilidade do magistrado por perdas e danos, se a parte prejudicada pela omissão

- (A) requerer ao juiz, por intermédio do escrivão, que determine a providência preterida e mesmo assim decorrer o prazo de 10 (dez) dias sem o atendimento.
- (B) requerer ao Conselho Nacional de Justiça que notifique o juízo a adotar as providências cabíveis, concernente ao pedido preterido.
- (C) formular pedido de reclamação perante a Corregedoria Geral de Justiça do tribunal a que se vincula o juiz, solicitando a providência jurisdicional, sem que haja solução dentro de 15 (quinze) dias.
- (D) dirigir requerimento formal ao Presidente do respectivo tribunal e este, a despeito de assinar prazo de 05 (cinco) dias ao juízo faltante, não lograr êxito na resolução do impasse.
- (E) protocolar petição diretamente ao magistrado, assinando-lhe prazo que repute necessário para a providência requerida, restando, para o caso de não atendimento, uma notificação peremptória com prazo de 48 horas.

15. O Juiz Gaio, ao apreciar prova trazida pelo autor, percebeu que esta prejudicava o próprio demandante. Mesmo assim, utilizou-se da prova e julgou a ação improcedente, dobrando-se à verdade real que dela emanava. Agindo assim, é possível dizer que o citado julgador valeu-se do princípio da

- (A) instrumentalização das provas.
- (B) aquisição processual.
- (C) confusão processual das provas.
- (D) inerência probatória.
- (E) coesão processual.

16. Leia as proposições sobre o cumprimento de sentença.

- I. O devedor condenado ao pagamento de quantia certa deve efetuar-lo no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de multa de 10% sobre o montante da condenação. Para a fluência desse prazo, prevê expressamente o CPC a necessidade de intimação pessoal do devedor.
- II. A rejeição liminar é medida que se impõe ao devedor que alega em sua impugnação o excesso de execução, sem declarar o valor que entende correto.
- III. A caução para os casos de levantamento de depósito em dinheiro poderá ser dispensada nos casos de execução provisória em que penda recurso extraordinário junto ao STF ou especial junto ao STJ.
- IV. Também estão dispensadas de caução as execuções que versem sobre créditos de natureza alimentar, independentemente dos valores envolvidos, até porque tais verbas são irrepetíveis.

Está correto o contido em

- (A) II, apenas.
- (B) IV, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) II, III e IV, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

17. Sobre a matéria de inventário e partilha, assinale a proposição correta.

- (A) O Código de Processo Civil prevê expressamente o *inventário negativo*, para os casos em que os herdeiros e o cônjuge necessitem de uma declaração judicial de que o *de cuius* não deixou bens.
- (B) A obrigatoriedade de se proceder ao inventário judicial decorre de estarem presentes cumulativamente dois fatores: o testamento do *de cuius*, mais a figura do interessado incapaz.
- (C) Existe, ainda, a possibilidade de se fazer o inventário e a partilha por escritura pública quando todos os interessados forem capazes e concordes, constituindo título hábil para os atos da vida civil, exceto para o registro imobiliário, cujo ato dependerá da outorga judicial.
- (D) Alguns bens não necessitam ser inventariados, tais como os saldos das contas de caderneta de poupança e fundos de investimento até certo valor, bem assim os saldos das contas individuais do FGTS e do Fundo de Participação PIS-PASEP, sendo competente para o respectivo alvará judicial a Justiça Estadual.
- (E) O inventário e a partilha deverão ser requeridos dentro de um prazo máximo de 30 dias a contar da abertura da sucessão, sob pena de imposição de multa sobre o imposto a recolher.

18. Tício é beneficiário da gratuidade de justiça, nos termos da Lei n.º 1.060/50. Tendo sido condenado a pagar determinada quantia ao autor e estando o processo a iniciar sua fase de cumprimento de sentença, Tício invocou o princípio da dignidade da pessoa humana (CF, Art. 1.º, III) e postulou fosse suspenso o feito diante da hipossuficiência declarada. Nesse caso, pode-se afirmar que a

- (A) falta de condições econômicas para arcar com os custos processuais faz presumir a insolvabilidade do réu, devendo ficar arquivado o processo até que o credor indique bens suficientes à satisfação da obrigação.
- (B) Lei de Assistência Judiciária não permite a suspensão do cumprimento da sentença quanto aos valores da condenação, todavia quanto às custas e honorários de sucumbência a ação pode ser suspensa por cinco anos, findos os quais, o débito será inscrito na dívida ativa do Estado.
- (C) Lei de Assistência Judiciária não permite a suspensão do cumprimento da sentença quanto aos valores da condenação, todavia quanto às custas e honorários de sucumbência a ação pode ser suspensa por cinco anos, findos os quais, o débito será considerado prescrito.
- (D) Lei de Assistência Judiciária não permite a suspensão do cumprimento da sentença quanto aos valores da condenação, todavia quanto às custas e honorários de sucumbência a ação deve ser suspensa pelo mesmo prazo de prescrição de que trata o direito tutelado, findo o qual, a dívida será considerada prescrita.
- (E) Lei de Assistência Judiciária permite a suspensão do cumprimento da sentença quanto aos valores da condenação, todavia quanto às custas e honorários de sucumbência a ação pode ser arquivada por cinco anos, findos os quais, o débito será considerado prescrito.

DIREITO DO CONSUMIDOR

19. Sobre a inversão do ônus probatório, é correto afirmar que

- (A) é garantia consumerista no processo cível desde que demonstrados os elementos básicos que caracterizem uma relação jurídica de consumo.
- (B) é obrigatória no curso da ação indenizatória por fato do produto ou do serviço.
- (C) pode ser negada caso o consumidor não comprove sua vulnerabilidade e o *fumus boni juris* do caso.
- (D) tem sua concessão adstrita à demonstração de hipossuficiência ou verossimilhança das alegações do consumidor, segundo as regras ordinárias de experiência.
- (E) deve ser arguida em matéria de preliminar, no processo cível, quando preenchidos os pressupostos para sua concessão.

20. No que pertine ao rol exemplificativo dos instrumentos utilizados pelo poder público para a execução da Política Nacional das Relações de Consumo, encontra-se, na Lei n.º 8.078/90,

- (A) instituição de assistência jurídica para a Defesa do Consumidor, no âmbito do Ministério Público, integral e gratuita para o consumidor carente.
- (B) racionalização e melhoria dos serviços públicos essenciais.
- (C) criação de Juizados Especiais de Pequenas Causas e Varas Especializadas para a solução de litígios de consumo.
- (D) regulamentação do funcionamento dos bancos de cadastro de consumidores inadimplentes.
- (E) instituição e desenvolvimento das Associações de Defesa do Consumidor.

21. Quanto à cobrança de dívidas, é garantia consignada no Código de Proteção e Defesa do Consumidor

- (A) a menção do nome, o endereço e o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas ou no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do fornecedor do produto ou serviço correspondente, em todos os documentos de cobrança de débitos apresentados ao consumidor.
- (B) a repetição do indébito, por valor igual ao dobro do que fora cobrado indevidamente.
- (C) a impossibilidade de arguição pelo fornecedor de hipótese de engano justificável na cobrança de quantia indevida.
- (D) o envio por meio postal ou eletrônico, às expensas do fornecedor, de quitação de todas as parcelas recebidas por via de boleto bancário.
- (E) a proibição de submeter consumidor inadimplente a qualquer tipo de cobrança, constrangimento ou ameaça.

22. Assinale a alínea correta, no que pertine às práticas comerciais regulamentadas pela Lei n.º 8.078/90.

- (A) Publicidade enganosa é aquela que induz o consumidor a se comportar de forma prejudicial ou perigosa à sua saúde ou segurança.
- (B) Os produtos refrigerados devem possuir informações sobre as características, qualidades, quantidade, composição, preço, garantia, prazos de validade e origem, entre outros dados, bem como sobre os riscos que apresentam à saúde e segurança dos consumidores, gravadas de forma indelével.
- (C) Aquele que comercializa deve assegurar a oferta de componentes e peças de reposição enquanto não cessar a fabricação ou importação do produto.
- (D) A publicidade de bens e serviços por telefone, quando a chamada for onerosa ao consumidor que a origina, é permitida desde que informada ao mesmo.
- (E) A lei prevê abusividade publicitária por omissão.

23. Analise as assertivas sobre o tema cláusulas abusivas.

- I. É abusiva a cláusula que limite indenização nas relações de consumo firmadas entre o fornecedor e o consumidor pessoa jurídica, mesmo que em situações justificáveis.
- II. Presume-se exagerada, entre outros casos, a vontade que ofende os princípios fundamentais do sistema jurídico a que pertence.
- III. A nulidade de uma cláusula contratual abusiva não invalida o contrato, exceto quando de sua ausência, apesar dos esforços de integração, decorrer ônus excessivo a qualquer das partes.

Assinale a alternativa correta.

- (A) Os itens I e III estão incorretos.
- (B) Somente o item II contempla uma idéia falsa.
- (C) Apenas os itens II e III estão corretos.
- (D) Todas as afirmações são verdadeiras.
- (E) Todas as afirmações são falsas.

24. Analise as afirmações sobre as ações coletivas para a defesa de interesses individuais homogêneos.

- I. As entidades e órgãos da Administração Pública, direta ou indireta, ainda que sem personalidade jurídica, especificamente destinados à defesa dos interesses e direitos protegidos pelo Código de Proteção e Defesa do Consumidor poderão propor, em nome próprio e no interesse das vítimas ou seus sucessores, ação civil coletiva de responsabilidade pelos danos individualmente sofridos.
- II. O Ministério Público, se não ajuizar a ação, atuará sempre como fiscal da lei.
- III. Em caso de procedência do pedido, a condenação será genérica, fixando a responsabilidade do réu pelos danos causados.

Assinale a alternativa correta.

- (A) Os itens I e III estão incorretos.
- (B) Somente o item II contempla uma idéia falsa.
- (C) Apenas os itens II e III estão corretos.
- (D) Todas as afirmações são verdadeiras.
- (E) Todas as afirmações são falsas.

25. Nas ações coletivas de que trata o Código de Proteção e Defesa do Consumidor a sentença fará coisa julgada

- (A) *erga omnes*, apenas no caso de procedência do pedido, para beneficiar todas as vítimas e seus sucessores no caso de interesses ou direitos individuais homogêneos.
- (B) *ultra partes*, mas limitadamente ao grupo, categoria ou classe, salvo improcedência por insuficiência de provas, quando se tratar da hipótese que exprima interesses ou direitos difusos.
- (C) *erga omnes*, exceto se o pedido for julgado improcedente por insuficiência de provas, hipótese em que qualquer legitimado poderá intentar outra ação, com idêntico fundamento, valendo-se de nova prova, na hipótese de interesses ou direitos coletivos.
- (D) *intra partes*, em hipóteses que versem sobre direitos individuais difusos.
- (E) *ultra partes*, excepcionalmente quando grupo, categoria ou classe que não haja intervindo no curso do processo, intentar ação concorrente com mesmo objeto e diversidade do pedido que trate de interesse coletivo e homogêneo.

26. Sobre o Sistema Nacional de Defesa do Consumidor, é correto afirmar que

- (A) possui representação de entidades de defesa do consumidor, como também associações de fornecedores.
- (B) para consecução de seus objetivos, o Departamento Nacional de Defesa do Consumidor poderá contratar entidades privadas com notória representatividade e contribuição social em questões consumeristas.
- (C) integram os seus quadros, de forma supletiva, os conselhos estaduais e municipais de defesa do consumidor.
- (D) tem como atribuição o gerenciamento do fundo para recolhimento das indenizações por danos causados aos consumidores, juntamente com representantes da sociedade civil.
- (E) a sua coordenação política é exercida pelo Departamento Nacional de Defesa do Consumidor, da Secretaria Nacional de Direito Econômico, ou órgão federal que venha substituí-lo.

27. Sobre convenção coletiva de consumo, pode-se afirmar que

- (A) torna-se obrigatória após ratificação do poder público e publicação em jornal de grande circulação.
- (B) versa sobre relações de consumo que tenham por objeto estabelecer condições relativas ao preço, à qualidade, à quantidade, à garantia e características de produtos e serviços.
- (C) se exime do cumprimento da convenção o fornecedor que se desliga da entidade em data posterior à ratificação do instrumento pelo poder público.
- (D) as composições de conflitos de consumo não se incluem nas convenções coletivas e devem ficar adstritas em diretivas a serem baixadas pelos órgãos que compõem o Sistema Nacional de Defesa do Consumidor.
- (E) os sindicatos de categoria econômica podem regular apenas matéria atrelada a fomento, manutenção, desequilíbrio financeiro e concorrência desleal que afeta seus filiados.

DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

28. Analise as premissas a seguir elencadas.

- I. Os pais ou responsável têm a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino.
- II. É dever do Estado assegurar a oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do adolescente trabalhador.
- III. Os dirigentes de estabelecimento de ensino individual têm a incumbência de comunicar ao conselho tutelar casos de reiteração de faltas injustificadas e de evasão escolar de crianças e adolescentes nas hipóteses em que se esgotaram os recursos escolares.

Assinale a alternativa correta.

- (A) Somente o item III está incorreto.
- (B) Apenas os itens II e III estão incorretos.
- (C) Todas as afirmações são falsas.
- (D) Todas as afirmações são verdadeiras.
- (E) Somente os itens I e III contemplam ideias falsas.

29. Considere as premissas a seguir elencadas.

- I. O abrigo para menores é medida provisória e excepcional, utilizável como forma de transição para colocação em família substituta, não implicando privação de liberdade.
- II. Considera-se ato infracional a conduta descrita como crime ou contravenção penal.
- III. Em se tratando de ato infracional com reflexos patrimoniais, a autoridade poderá determinar, se for o caso, que o adolescente restitua a coisa, promova o ressarcimento do dano ou, por outra forma, compense o prejuízo da vítima.
- IV. A prestação de serviços à comunidade consiste na realização de tarefas gratuitas de interesse geral, por período não excedente a 06 meses, junto a entidades assistenciais, hospitais, escolas e outros estabelecimentos congêneres, salvo a participação em programas governamentais.

Assinale a alternativa correta.

- (A) Os itens I e III estão incorretos.
- (B) Somente o item IV contempla uma ideia falsa.
- (C) Apenas os itens II e III estão corretos.
- (D) Todas as afirmações são verdadeiras.
- (E) Os itens I e III e IV contemplam ideias verdadeiras.

30. É medida aplicável aos pais ou responsável expressamente prevista pela Lei n.º 8.069/90

- (A) prestação de serviços à comunidade.
- (B) multa.
- (C) realização de matrícula na rede pública de ensino com obrigação de comparecer a todas as reuniões escolares.
- (D) interdição para a prática dos atos da vida civil.
- (E) encaminhamento a tratamento psicológico ou psiquiátrico.

31. Leia as afirmações acerca do tema Conselho Tutelar.

- I. Conselho Tutelar é órgão autônomo, permanente, que exerce atividade jurisdicional supletiva, encarregado pela lei de zelar pelo cumprimento dos direitos infanto-juvenis definidos no Estatuto da Criança e do Adolescente.
- II. O Estatuto da Criança e do Adolescente não faz exigência mínima de escolaridade àqueles que desejam se candidatar ao exercício do mandato de conselheiro tutelar de determinada localidade, apenas menciona que o candidato deve possuir 21 anos, reconhecida idoneidade moral e residir naquele município.
- III. O exercício efetivo da função de conselheiro constituirá serviço público relevante, estabelecerá presunção de idoneidade moral e assegurará prisão especial, em caso de crime comum, até o julgamento definitivo.
- IV. Constará da lei orçamentária municipal previsão dos recursos necessários ao funcionamento do Conselho Tutelar.

Assinale a alternativa correta.

- (A) Somente o item I está incorreto.
- (B) Apenas os itens I e III estão incorretos.
- (C) Todas as afirmações são falsas.
- (D) Todas as afirmações são verdadeiras.
- (E) Somente os itens I e III e IV contemplam ideias falsas.

32. Assinale a premissa verdadeira.

- (A) O prazo máximo e improrrogável para a conclusão do procedimento de representação, remissão ou pedido de arquivamento, estando o adolescente internado provisoriamente, será de 30 dias.
- (B) A representação de adolescente ofertada pelo Ministério Público depende de prova pré-constituída da autoria e materialidade.
- (C) A ausência do defensor do adolescente determinará o adiamento de qualquer ato do processo.
- (D) A falta de intervenção do Ministério Público poderá gerar nulidade do feito desde que não ratificada posteriormente em benefício da criança e do adolescente.
- (E) A remissão ofertada pelo Ministério Público não obriga a autoridade judiciária discordante à sua homologação imediata, a qual deverá fazer remessa dos autos ao Procurador-Geral da Justiça, mediante despacho fundamentado, para que este ofereça representação, designe outro membro do Ministério Público para apresentá-la, ou ratifique o arquivamento ou a remissão; só então estará a autoridade judiciária obrigada a homologá-la.

33. No que pertine às ações cíveis fundadas em interesses difusos ou coletivos envolvendo questões infanto-juvenis, pode-se afirmar que

- (A) se admite, apenas em caso de violação de garantias constitucionais, litisconsórcio facultativo entre Ministérios Públicos da União e dos Estados na defesa dos interesses fundamentais da criança e do adolescente.
- (B) em caso de desistência ou abandono da ação por Associação legitimada, cabe ao Ministério Público o dever exclusivo e subsidiário de assumir a titularidade ativa da demanda.
- (C) se aplicam subsidiariamente as normas do Código de Processo Civil, admitindo-se todas as espécies de ações pertinentes para a defesa dos direitos e interesses protegidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, da Constituição Federal e da lei em geral.
- (D) se consideram legitimados concorrentemente o Ministério Público, a União, os Estados, os Municípios, o Distrito Federal e os Territórios, as Associações legalmente constituídas há pelo menos um ano e que incluam entre seus fins institucionais a defesa dos interesses e direitos protegidos pela Lei n.º 8.069/90.
- (E) se criou a legitimação extraordinária da Defensoria Pública dos Estados, sem a necessidade de participação do Ministério Público, em hipóteses específicas delineadas no Estatuto da Criança e do Adolescente.

34. Quanto à entrada e permanência de criança e adolescente em certos locais, o Estatuto da Criança e do Adolescente preconiza que

- (A) para o ingresso de menores em boates e congêneres, mesmo na companhia dos pais, é necessário requerer autorização judicial prévia fundamentada.
- (B) é competência da autoridade judiciária disciplinar suas hipóteses, devendo as decisões ser fundamentadas, caso a caso, proibidas as determinações de caráter geral.
- (C) os conselhos municipais de direitos da criança e do adolescente, mediante resoluções, podem regulamentar restrições de acesso a estúdios cinematográficos, de teatro, rádio e televisão, cuja eficácia do ato fica adstrita à ratificação pela autoridade judiciária competente.
- (D) compete ao Ministério Público e à autoridade judiciária em caráter supletivo disciplinar os critérios para a sua implementação.
- (E) é vedado aos estabelecimentos que explorem comercialmente diversões eletrônicas, o acesso de crianças ou adolescentes no período noturno.

35. O Art. 250 da Lei n.º 8.069/90, recentemente alterado pela Lei n.º 12.038/09, trata da hospedagem irregular de menor e prevê
- (A) a possibilidade de fechamento definitivo do estabelecimento que realizou a hospedagem, como também a cassação de sua licença de funcionamento.
 - (B) pena de prisão ao acompanhante do menor assim como do proprietário, gerente ou administrador do estabelecimento.
 - (C) em hipótese de reincidência, a fixação de multa entre dez e cinquenta salários de referência.
 - (D) escusa legítima pela demonstração de que o menor possuía autorização do guardião, pais no exercício do poder familiar, autoridade judiciária ou conselhos de direitos infanto-juvenis.
 - (E) agravante para situações em que se constate adulteração; falsificação ou ocultação de documentos de identidade.

BLOCO II
DIREITO PENAL

36. A ação de pichar a Basílica do Senhor Bom Jesus de Cuiabá tipifica
- (A) o crime de dano previsto no Código Penal.
 - (B) o crime de dano qualificado, previsto no Código Penal, tendo em vista que o bem jurídico protegido é bem público.
 - (C) o crime de dano em coisa de valor artístico, arqueológico ou histórico previsto no art. 165 do Código Penal.
 - (D) em função do princípio da especialidade, o crime previsto no art. 65 da Lei de Crimes Ambientais consistente em grafitar ou por outro meio conspurcar monumento urbano.
 - (E) em função do princípio da subsidiariedade, contravenção penal não punida com pena de reclusão.
37. Assinale a alternativa que aponta contravenção penal recentemente revogada.
- (A) Mendicância.
 - (B) Vadiagem.
 - (C) Jogo do bicho.
 - (D) Importunação ofensiva ao pudor.
 - (E) Perturbação da tranquilidade.

38. A nova Lei n.º 11.343/06, com relação ao crime de tráfico de entorpecentes, manteve a incriminação dos dezoito núcleos do tipo prevista no *caput* do antigo artigo 12 da Lei n.º 6.368/76, e
- (A) manteve a mesma terminologia “substância entorpecente ou que determina dependência física ou psíquica” adotada pela lei antiga.
 - (B) diminuiu a pena mínima prevista no *caput* do art. 33 da Lei n.º 11.343/06 para 3 (três) anos de reclusão.
 - (C) acrescentou uma nova modalidade de conduta consistente no oferecer droga sem o intuito de lucro para o consumo em conjunto.
 - (D) acrescentou uma nova modalidade de conduta consistente em semear ou cultivar droga.
 - (E) revogou a conduta assemelhada ao tráfico consistente em utilizar local de que tem a propriedade para o tráfico de drogas.

39. Pode-se afirmar que a Lei n.º 11.343/06, no que diz respeito à conduta de trazer consigo ou adquirir para uso pessoal drogas,
- (A) descriminalizou a conduta.
 - (B) despenalizou a conduta com a supressão da pena.
 - (C) transformou a conduta em contravenção penal.
 - (D) abrandou a punição, todavia a conduta continua prevista como crime.
 - (E) agravou a punição da conduta, que agora deve ser cumprida inicialmente em regime fechado, não podendo ser substituída por pena restritiva de direitos.
40. Em relação aos crimes contra a violência doméstica, analise as afirmações e em seguida assinale a alternativa correta.
- I. Por expressa determinação legal não se aplicam aos crimes praticados com violência doméstica os dispositivos da Lei n.º 9.099/95.
 - II. O juiz, ao constatar a prática de violência doméstica, poderá determinar que o agressor não tenha contato com a ofendida.
 - III. Os crimes contra a violência doméstica serão julgados perante o Juizado Especial Criminal e terão prioridade no julgamento.
- (A) I e II, somente.
 - (B) I e III, somente.
 - (C) II e III, somente.
 - (D) somente I.
 - (E) somente II.

41. A premeditação pode ser vista como o desejo de praticar o crime, cultuado no interior do agente, que aguarda o momento ideal para fazê-lo. Neste caso,
- (A) somente poder-se-á falar em premeditação, enquanto qualificadora do crime de homicídio, se houver um lapso temporal entre o motivo que desencadeia o delito e sua ocorrência.
 - (B) apesar de sua importância, não esta prevista expressamente em nosso ordenamento jurídico com qualificadora.
 - (C) trata-se de causa de aumento de pena aplicada sempre que ficar provado que o agente poderia ter desistido do resultado, mas, ao invés disso, seguiu adiante na prática criminosa.
 - (D) verifica-se que, na maioria dos delitos praticados, a premeditação está presente na conduta do agente, todavia, só há previsão legal para qualificar-se o delito no crime de homicídio.
 - (E) o planejamento anterior à prática do crime é previsto como circunstância agravante genérica prevista na parte geral do Código Penal.
42. Com relação à tentativa, analise as seguintes afirmações:
- I. os crimes unissubsistentes, os crimes omissivos próprios e as contravenções penais, entre outros, não admitem a figura da tentativa;
 - II. nosso Código Penal adotou a teoria objetiva como fundamento para a punição do crime tentado conforme se observa no art. 14, parágrafo único: “pune-se a tentativa com a pena correspondente ao crime consumado, diminuída de um a dois terços”;
 - III. o crime de cárcere privado é um exemplo de crime que não admite a tentativa.
- Está correto o contido em
- (A) I, somente.
 - (B) I e II, somente.
 - (C) I e III, somente.
 - (D) II e III, somente.
 - (E) I, II e III.
43. Para solucionar os vários problemas referentes ao concurso de pessoas, Roxin, jurista alemão, idealizou a teoria do domínio do fato, que
- (A) entende como autor quem domina a realização do fato, quem tem poder sobre ele, bem como quem tem poder sobre a vontade alheia; partícipe é quem não domina a realização do fato, mas contribui de qualquer modo para ele.
 - (B) entende como autores todos aqueles que intervenham no processo causal de realização do tipo, independentemente da importância que a sua colaboração possua dentro da totalidade do fato, questão que só tem interesse no momento da fixação da pena.
 - (C) distingue a autoria da participação em função da prática dos atos executórios do delito.
 - (D) é aceita pelos doutrinadores nacionais embora não seja aceita pela jurisprudência.
 - (E) não tem aplicação prática no direito penal brasileiro.
44. A combatida responsabilidade penal objetiva
- (A) não encontra exemplos concretos em nossa legislação penal.
 - (B) é doutrinariamente definida como à sujeição de alguém à imposição de pena sem que tenha agido com dolo ou culpa ou sem que tenha ficado demonstrada sua culpabilidade, com fundamento no nexo de causalidade, todavia, não encontra aplicação prática em casos concretos.
 - (C) pode ser exemplificada em nossa legislação penal na rixa qualificada e na *actio libera in causa* na embriaguez.
 - (D) tem um único exemplo em nossa legislação penal consistente na responsabilização das pessoas jurídicas por crimes ambientais.
 - (E) deve ser utilizada em *ultima ratio*, uma vez que, pode violar direitos e garantias fundamentais da pessoa humana.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

45. Considerando-se o art. 28 do Código de Processo Penal, se o órgão do Ministério Público, ao invés de apresentar a denúncia, requerer o arquivamento do inquérito policial ou de quaisquer peças de informação, o juiz, no caso de considerar improcedentes as razões invocadas, fará remessa do inquérito ou das peças de informação ao procurador-geral, e este
- (A) oferecerá a requisição para o oferecimento da denúncia, designando outro órgão do Ministério Público para oferecê-la, ou insistirá no pedido de arquivamento, ao qual só então estará o juiz obrigado a atender.
 - (B) determinará ao órgão do Ministério Público o oferecimento da denúncia e, se este se recusar, designará outro órgão do Ministério Público para declará-la, ou insistirá no pedido de desistência, ao qual só então estará o Ministério Público obrigado a atender.
 - (C) solicitará revisão da posição ao órgão do Ministério Público e, se este se recusar, designará outro órgão do Ministério Público para declará-la, podendo este insistir no pedido de arquivamento, ao qual só então estará o juiz obrigado a atender.
 - (D) determinará ao órgão do Ministério Público a revisão da denúncia e, se este se recusar, designará outro órgão do Ministério Público para declará-la, ou insistirá no pedido de desistência, ao qual só então estará o Ministério Público obrigado a atender.
 - (E) oferecerá a denúncia, designará outro órgão do Ministério Público para oferecê-la, ou insistirá no pedido de arquivamento, ao qual só então estará o juiz obrigado a atender.
46. Nos crimes de ação privada, se comparecer mais de uma pessoa com direito de queixa, terá preferência, numa ordem legal estabelecida pelo artigo 31 do Código de Processo Penal,
- (A) o parente mais próximo na ordem de vocação sucessória.
 - (B) o cônjuge, que poderá prosseguir na ação penal.
 - (C) a figura do ascendente, em face dos vínculos fraternos.
 - (D) a figura do descendente, com o direito de apenas prosseguir.
 - (E) o representante legalmente constituído para o fim.
47. Cuidando-se da prova pericial, as infrações que não deixam vestígios são denominadas pela *communis opinio doctorum* de
- (A) *corpus delicti commissi*.
 - (B) *delicta factis permanentis*.
 - (C) *elementa essentialia communia delicta*.
 - (D) *delicta factis transeuntis*.
 - (E) *tempus regit probaturum*.
48. Conforme o disposto pelo art. 82 do Código de Processo Penal se, não obstante a conexão ou continência, forem instaurados processos diferentes, a autoridade de jurisdição prevalente deverá avocar os processos que corram perante os outros juízes, salvo se já estiverem com sentença definitiva. Neste caso, a unidade dos processos só se dará, ulteriormente, para
- (A) efeito de diminuição e separação das penas.
 - (B) o concurso entre as penas do juízo comum e o juízo de menores.
 - (C) excepcionalmente, a hipótese de reconhecimento do crime continuado.
 - (D) o concurso entre a competência do júri e a de outro órgão da jurisdição comum.
 - (E) efeito de soma ou de unificação das penas.
49. Dentro de 24h (vinte e quatro horas) depois da prisão, será encaminhado ao juiz competente o auto de prisão em flagrante acompanhado de todas as oitivas colhidas e, caso o autuado não informe o nome de seu advogado, cópia integral para
- (A) a Defensoria Pública.
 - (B) o Ministério Público.
 - (C) a Procuradoria Geral do Estado.
 - (D) a Ordem dos Advogados do Brasil.
 - (E) a Procuradoria Geral da União.
50. Encerrada a instrução probatória, se houver o reconhecimento de possibilidade de nova definição jurídica do fato, em consequência de prova existente nos autos de elemento ou circunstância da infração penal não contida na acusação, o Ministério Público, no prazo de 5 (cinco) dias, deverá aditar a denúncia ou queixa, se
- (A) em virtude desta houver nulidade absoluta.
 - (B) não houve aditamento na fase anterior do processo.
 - (C) em virtude desta houver sido instaurado novo processo crime.
 - (D) em virtude desta houver sido instaurado o processo em crime de ação pública.
 - (E) se deixou de intimar a defesa para a irregularidade presente.
51. Nos casos em que somente se procede mediante queixa, considerar-se-á perempta a ação penal quando, tendo-se por perspectiva as hipóteses a seguir, o querelante
- (A) deixar de promover o andamento do processo durante 90 (noventa) dias.
 - (B) renunciar a pedir a punição do corréu.
 - (C) deixar de promover o andamento do processo durante 30 (trinta) dias.
 - (D) não souber do perdão extraprocessual concedido.
 - (E) expressamente deixar de pedir a notificação do réu.

52. Em relação ao regime carcerário, nas hipóteses a seguir, o condenado será transferido do aberto se
- (A) cumprir a pena em outro distrito que não o da culpa.
 - (B) praticar fato definido como crime culposo.
 - (C) não pagar a multa cumulativamente imposta.
 - (D) sofrer condenação por infração penal classificada como moderada.
 - (E) não estiver acometido de doença mental.
53. Consoante à Lei de Execução Penal, somente se admitirá o recolhimento do beneficiário de regime aberto em residência particular quando se tratar de
- (A) servidor judicial condenado por crime culposo.
 - (B) condenação por fato definido como crime culposo.
 - (C) condenada gestante.
 - (D) condenado maior de 60 (sessenta) anos.
 - (E) condenado que se comprometer a não se ausentar da cidade.

DIREITO CONSTITUCIONAL

54. *Movimento político social e cultural que, sobretudo a partir de meados do século XVIII, questiona nos planos político, filosófico e jurídico os esquemas tradicionais de domínio político, sugerindo, ao mesmo tempo, a invenção de uma nova forma de ordenação e fundamentação do poder político.* Esta definição, formulada por J. J. Gomes Canotilho, designa
- (A) o poder constituinte.
 - (B) o constitucionalismo moderno.
 - (C) o constitucionalismo antigo.
 - (D) a democracia.
 - (E) a autocracia.
55. Aponte a alternativa que corresponde aos respectivos autores ou defensores das seguintes ideias ou teorias do direito constitucional: conceito jurídico de constituição; poder constituinte; poder moderador; e controle judicial de constitucionalidade.
- (A) Ferdinand Lassale; Konrad Hesse; D. Pedro I; e Montesquieu.
 - (B) Konrad Hesse; Ferdinand Lassale; Rui Barbosa; e Rudolf Von Ihering.
 - (C) Hans Kelsen; Emmanuel J Sieyès; Benjamin Constant; e John Marshal.
 - (D) Carl Schimidtt; Ferdinand Lassale; Clóvis Bevilacqua; e Immanuel Kant.
 - (E) Hans Kelsen; Emmanuel J. Sieyès; Benjamin Constant; e Ferdinand Lassale.

56. Na hermenêutica constitucional, o processo informal de mudança da Constituição, que permite alterar o sentido da norma constitucional, sem alterar o seu texto, denomina-se
- (A) fenômeno da relativização transitória da Constituição.
 - (B) interpretação constitucional elástica.
 - (C) mutação constitucional.
 - (D) método da desconstitucionalização das normas constitucionais.
 - (E) represtinação constitucional.
57. De acordo com o que dispõe a Constituição Federal, é crime inafiançável e imprescritível:
- (A) o estupro.
 - (B) a tortura.
 - (C) o terrorismo.
 - (D) o racismo.
 - (E) o crime hediondo.
58. Aristeu, cidadão naturalizado brasileiro, foi preso em flagrante por tráfico ilícito de entorpecentes. Nos termos do que estabelece a Constituição da República, Aristeu
- (A) estará sujeito a pena de banimento, por não ser cidadão brasileiro nato.
 - (B) não poderá ser extraditado, em decorrência desse crime.
 - (C) somente poderia ser extraditado se o crime tivesse sido cometido antes da naturalização.
 - (D) não poderá sofrer a pena de suspensão ou interdição de direitos.
 - (E) terá direito à identificação dos responsáveis por sua prisão.
59. Tendo em vista o que reza a Carta Magna a respeito dos direitos políticos, é correto afirmar que
- (A) o alistamento eleitoral será obrigatório para os maiores de dezoito anos, vedado aos conscritos e facultativo aos estrangeiros e analfabetos.
 - (B) é uma condição de elegibilidade a filiação partidária dois anos antes do pleito.
 - (C) são inalistáveis os inelegíveis.
 - (D) o mandato eletivo poderá ser impugnado na Justiça Eleitoral no prazo de quinze dias contados da diplomação.
 - (E) a cassação dos direitos políticos poderá ocorrer, entre outros casos, em decorrência de improbidade administrativa.

60. Assinale a alternativa correta no que tange ao disposto na Constituição da República sobre o Poder Judiciário.

- (A) O Superior Tribunal de Justiça é composto de um terço de juízes dos Tribunais Regionais Federais, um terço de advogados e um terço de membros do Ministério Público Federal.
- (B) Dois desembargadores estaduais deverão compor o Tribunal Regional Eleitoral mediante eleição, pelo voto secreto.
- (C) Nas hipóteses de grave violação de direitos humanos, o Advogado-Geral da União poderá suscitar, perante o Supremo Tribunal Federal, incidente de deslocamento de competência para a Justiça Federal.
- (D) Aos juízes federais compete processar e julgar, nas infrações penais comuns e nos crimes de responsabilidade, os Ministros de Estado.
- (E) São irrecorríveis as decisões do Tribunal Superior Eleitoral, salvo as que violarem a Constituição e as que concederam *habeas corpus*.

61. Conforme o previsto na Carta da República, a súmula vinculante

- (A) poderá ter a sua aprovação provocada por aqueles que podem propor a ação direta de inconstitucionalidade.
- (B) regularmente aprovada, não pode ser cancelada.
- (C) terá efeito vinculante em relação ao Poder Legislativo, à Administração Direta ou Indireta e aos demais órgãos do Poder Judiciário.
- (D) que for contrariada por ato administrativo ou decisão judicial ou quando indevidamente aplicada ensejará recurso ao Conselho Nacional de Justiça.
- (E) deverá ser aprovada por maioria absoluta dos membros do Supremo Tribunal Federal.

62. Um Município teve questionada, em mandado de segurança na justiça estadual, uma lei que instituiu um tributo municipal. O Tribunal de Justiça, pela 2.^a Câmara de Direito Público, entendendo que a exigência tributária não estava de acordo com a repartição constitucional de competências, afastou a cobrança do tributo dando provimento à apelação do contribuinte, mas no acórdão não houve declaração expressa de inconstitucionalidade. Nesse caso, portanto, nos moldes da Constituição e do entendimento do Supremo Tribunal Federal,

- (A) cabe ao Município ajuizar uma Reclamação perante o STF, com fundamento na violação da cláusula de reserva de plenário.
- (B) não há possibilidade de recurso por parte do Município perante os tribunais superiores, pois não houve declaração de inconstitucionalidade.
- (C) o julgado do Tribunal Estadual é nulo, uma vez que a inconstitucionalidade de lei municipal em relação à Constituição Federal somente pode ser arguida perante o Supremo Tribunal Federal.
- (D) resta ao Município interpor recurso especial perante o STJ, considerando que não houve expressa declaração de inconstitucionalidade da lei municipal.
- (E) deverá o Município solucionar a questão em âmbito estadual, posto que não houve declaração de inconstitucionalidade, a qual, se houvesse, poderia ensejar a ação declaratória de constitucionalidade.

63. O sufrágio é um direito público subjetivo exercido por meio

- (A) da eleição, do plebiscito, do referendo e da iniciativa popular.
- (B) do Tribunal Superior Eleitoral, dos Tribunais Regionais Eleitorais, das Juntas Eleitorais e dos Juízes Eleitorais.
- (C) do alistamento eleitoral, do sistema eleitoral, do voto secreto e da representação proporcional ou majoritária.
- (D) da propaganda eleitoral gratuita, do sistema eletrônico de votação e totalização de votos, da fiscalização das eleições e da prestação de contas.
- (E) do ato de votar, da impugnação dos registros de candidaturas, da impugnação dos votos apurados e do recurso dos resultados do pleito.

64. Assinale a alternativa correta.

- (A) O Tribunal Superior Eleitoral é composto de no mínimo sete membros, sendo que três deverão ser escolhidos entre os membros do Supremo Tribunal Federal, e, outros três dentre os membros do Superior Tribunal de Justiça.
- (B) Os prazos na Justiça Eleitoral são contados de forma diversa da Justiça Comum, pois naquela computam-se sábados, domingos e feriados.
- (C) Das decisões dos Tribunais Regionais Eleitorais somente caberá recurso quando forem proferidas contra disposição expressa da Constituição Federal ou decretarem a perda de mandatos eletivos federais.
- (D) Compete aos Juízes Eleitorais resolver as impugnações e demais incidentes verificados durante os trabalhos da contagem e da apuração e expedir diploma aos eleitos para cargos municipais.
- (E) Até 10 (dez) dias antes da nomeação, os nomes das pessoas indicadas para compor as juntas serão publicados no órgão oficial do Estado, podendo qualquer cidadão, no prazo de 3 (três) dias, em petição fundamentada, impugnar as indicações.

65. Leia as seguintes afirmações.

- I. O requerimento de inscrição eleitoral é submetido ao juiz, que pode deferir o pedido, indeferi-lo ou ainda converter o julgamento em diligência. Em caso de indeferimento, cabe recurso interposto pelo alistando, no prazo de 10 (dez) dias.
- II. Nenhum requerimento de inscrição eleitoral ou de transferência será recebido dentro dos cento e cinquenta dias anteriores à data da eleição.
- III. Os oficiais de Registro Civil devem enviar ao juiz eleitoral da zona em que oficiarem, até o dia 10 de cada mês, comunicação dos óbitos de cidadãos alistáveis ocorridos no mês anterior, para cancelamento das inscrições.
- IV. O menor que completar 16 (dezesesseis) anos de idade até a data da eleição pode se habilitar como eleitor, no prazo de requerimento de inscrição eleitoral ou transferência. No entanto, seu título somente surtirá efeitos quando completar a idade de 16 (dezesesseis) anos.

Estão corretas somente as assertivas

- (A) I e II.
- (B) II e III.
- (C) II e IV.
- (D) III e IV.
- (E) I e IV.

66. Servidor Público do Município de Cuiabá, aprovado em concurso público realizado em 1998, exerce o cargo efetivo de professor da rede pública municipal. Já possuindo filiação político-partidária, o servidor pretende candidatar-se a vereador no município de Santo Antônio do Leverger nas próximas eleições municipais. Para atender aos requisitos constitucionais e legais de elegibilidade, e, assim, poder concorrer ao pleito, o servidor deve

- (A) exonerar-se do cargo, em razão da total incompatibilidade, 6 (seis) meses antes do pleito, podendo, no entanto, se não eleito, retornar ao cargo por reintegração.
- (B) pedir licença do cargo, no mínimo 6 (seis) meses antes do pleito, com direito a recebimento de proventos integrais nesse período.
- (C) exonerar-se do cargo, em razão da total incompatibilidade, 3 (três) meses antes do pleito, não podendo, mesmo se não eleito, retornar ao cargo que exercia.
- (D) pedir licença do cargo, no mínimo 3 (três) meses antes do pleito, com direito a recebimento de proventos integrais nesse período.
- (E) pedir licença do cargo, no mínimo 3 (três) meses antes do pleito, e, em sendo eleito, exonerar-se antes do ato de diplomação.

67. Partido político não apresentou contas relativas ao exercício financeiro de 2008, até 30.04.2009. Essa conduta é reiterada, pois também não prestou contas do exercício financeiro de 2005. Diante desses fatos,

- (A) da decisão que desaprovou total ou parcialmente a prestação de contas dos órgãos partidários caberá recurso para o Tribunal Superior Eleitoral, que poderá ser recebido com efeito suspensivo.
- (B) como o exame da prestação de contas dos órgãos partidários tem caráter jurisdicional, as prestações de contas desaprovadas pelos Tribunais Regionais e pelo Tribunal Superior não poderão ser revistas para fins de aplicação proporcional da sanção aplicada.
- (C) a pedido do representante do Ministério Público, a Justiça Eleitoral poderá determinar diligências necessárias à complementação de informações ou ao saneamento de irregularidades encontradas nas contas dos órgãos de direção partidária ou de candidatos.
- (D) nenhuma sanção poderá ser aplicada, pois a prestação de contas não foi julgada, pelo juízo ou tribunal competente, após 5 (cinco) anos de sua apresentação.
- (E) a Justiça Eleitoral poderá aplicar a sanção de suspensão de novas cotas do Fundo Especial de Assistência Financeira aos Partidos Políticos (Fundo Partidário).

68. Leia as seguintes afirmações.

- I. No pedido de registro de seus candidatos, os partidos e coligações comunicarão aos respectivos Tribunais Eleitorais os valores máximos de gastos que farão por cargo eletivo em cada eleição a que concorrerem, observados os limites legais.
- II. O responsável por gastos de campanha, em valores acima daqueles declarados à Justiça Eleitoral, fica sujeito ao pagamento de multa no valor de 5 a 10 vezes a quantia excedente.
- III. Confecção, aquisição e distribuição de camisetas, chaveiros e outros brindes de campanha são considerados gastos eleitorais, sujeitos a registro e aos limites fixados na Lei n.º 9.504/97.
- IV. Qualquer eleitor poderá realizar gastos, em apoio a candidato de sua preferência, até a quantia equivalente a um mil UFIR, desde que estes obedeçam ao limite de gastos declarados à Justiça Eleitoral.

Estão corretas somente as assertivas

- (A) I e II.
- (B) II e III.
- (C) II e IV.
- (D) III e IV.
- (E) I e IV.

69. Assinale a alternativa correta.

- (A) A urna eletrônica exibirá para o eleitor, primeiramente, os painéis referentes às eleições majoritárias e, em seguida, os referentes às eleições proporcionais.
- (B) A votação eletrônica será feita no número do candidato ou da legenda partidária, devendo o nome e a fotografia do candidato e o nome do partido ou a legenda partidária aparecer no painel da urna eletrônica, com a expressão designadora do cargo disputado no masculino ou feminino, conforme o caso.
- (C) O boletim de urna, segundo modelo aprovado pelo Tribunal Superior Eleitoral, conterá os nomes e os números dos candidatos nela votados, cumprindo ao Presidente da Junta Eleitoral acostar tal documento à impugnação de urna formulada por fiscal de partido ou coligação, devidamente credenciado.
- (D) Constitui crime, punível com 2 a 8 anos de detenção, obter acesso a sistema de tratamento automático de dados usado pelo serviço eleitoral, a fim de alterar a apuração ou a contagem de votos.
- (E) A impugnação não recebida pela Junta Eleitoral pode ser apresentada diretamente ao Tribunal Regional Eleitoral, em quarenta e oito horas, acompanhada de declaração de três testemunhas, sendo que o Tribunal decidirá sobre o recebimento em quarenta e oito horas, e, transmitirá imediatamente à Junta, via telex, fax ou qualquer outro meio eletrônico, o inteiro teor da decisão e da impugnação.

70. É nula a votação

- (A) se houver extravio de documento reputado essencial.
- (B) quando votar alguém com falsa identidade em lugar do eleitor chamado.
- (C) feita perante mesa não nomeada pelo juiz eleitoral, ou constituída com ofensa à letra da lei.
- (D) quando for negado ou sofrer restrição o direito de fiscalizar, e o fato constar da ata ou de protesto interposto, por escrito, no momento.
- (E) se for constatado o emprego de processo de propaganda ou captação de sufrágios vedado por lei.

BLOCO III

DIREITO EMPRESARIAL

71. No contrato de representação comercial autônoma a prazo certo, a indenização corresponderá à importância equivalente à
- (A) 1/12 do total da retribuição auferida até a data da rescisão.
 - (B) 1/12 da média mensal da retribuição auferida até a data da rescisão, multiplicada pela metade dos meses resultantes do prazo contratual.
 - (C) 15% do valor de todas as retribuições auferidas até a data da rescisão.
 - (D) 15% da média mensal da retribuição auferida até a data da rescisão, multiplicada pela metade dos meses resultantes do prazo contratual.
 - (E) média mensal da retribuição auferida até a data da rescisão, multiplicada pela metade dos meses resultantes do prazo contratual.
72. A marca
- (A) identifica diretamente o empresário e a sociedade empresária.
 - (B) uma vez registrada, garante o uso exclusivo ao titular por 05 anos.
 - (C) independe de registro para garantir o uso exclusivo ao seu criador.
 - (D) pode ser licenciada contratualmente, mas não cedida a terceiros.
 - (E) pode ser tridimensional.
73. Os créditos decorrentes de obrigações contraídas pelo devedor durante a recuperação judicial, inclusive aqueles relativos a despesas com fornecedores de bens ou serviços e contratos de mútuo, em caso de decretação de falência, serão considerados créditos
- (A) extraconcursais.
 - (B) com privilégio especial.
 - (C) com privilégio geral.
 - (D) quirografários.
 - (E) subordinados.
74. A sentença que decretar a falência do devedor, dentre outras determinações, fixará o termo legal da falência, sem poder retrotrá-lo por mais de 90 dias contados
- (A) do deferimento da recuperação judicial.
 - (B) da decretação da falência.
 - (C) do primeiro protesto por falta de pagamento.
 - (D) do último protesto por falta de pagamento tirado antes da decretação da falência.
 - (E) da distribuição da primeira execução.

75. Em relação à ação de responsabilidade civil contra o administrador de companhia, pode-se afirmar que
- (A) independe, em regra, de deliberação a ser tomada em assembleia geral.
 - (B) compete ordinariamente à própria companhia promovê-la.
 - (C) poderá ser promovida, ordinariamente, por qualquer acionista.
 - (D) é cabível para responsabilizar os membros do Conselho de Administração, mas não da Diretoria.
 - (E) deve ser promovida, ordinariamente, pelo acionista controlador.
76. A companhia que pode ser constituída, mediante escritura pública, tendo como único acionista sociedade brasileira, é denominada de
- (A) coligada.
 - (B) controlada.
 - (C) *holding*.
 - (D) subsidiária integral.
 - (E) companhia pública de economia mista.
77. É característica da sociedade cooperativa
- (A) a transferibilidade das quotas do capital a terceiros estranhos à sociedade.
 - (B) a variabilidade, ou dispensa do capital social.
 - (C) a responsabilidade sempre ilimitada dos cooperados.
 - (D) a divisibilidade do fundo de reserva entre os sócios.
 - (E) o direito de voto correspondente a sua participação no capital social.
79. Assinale a alternativa correta no que respeita ao imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS).
- (A) Será seletivo, em função da essencialidade das mercadorias ou dos serviços.
 - (B) A isenção ou não-incidência, salvo determinação em contrário da legislação, implicará crédito para compensação com o montante nas operações ou prestações seguintes.
 - (C) Não incide sobre a entrada de bem ou mercadoria importados do exterior por pessoa física que não seja contribuinte habitual do imposto.
 - (D) Incidirá sobre operações que destinem a outros Estados petróleo, inclusive lubrificantes, combustíveis líquidos e gasosos dele derivados, e energia elétrica.
 - (E) Em relação às operações e prestações que destinem bens e serviços a consumidor final localizado em outro Estado, adotar-se-á a alíquota interna, quando o destinatário não for contribuinte do imposto.
80. Determina a Constituição Federal que é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios cobrar tributos antes de decorridos noventa dias da data em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou, observado, ainda o princípio da anterioridade. Referida vedação é aplicável às leis que disponham acerca de
- (A) empréstimo compulsório, quando instituído para atender a despesas extraordinárias decorrentes de calamidade pública.
 - (B) imposto sobre a transmissão *causa mortis* e doação, de quaisquer bens ou direitos.
 - (C) imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza.
 - (D) imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários.
 - (E) fixação da base de cálculo do imposto sobre a propriedade de veículo automotor.
81. No que respeita à moratória, conforme disciplinada no Código Tributário Nacional, é correto afirmar que
- (A) consiste em causa de extinção do crédito correspondente.
 - (B) abrange, salvo disposição de lei em contrário, somente os créditos definitivamente constituídos após a data da lei que a conceder.
 - (C) a lei que a conceder pode circunscrever expressamente a sua aplicação a determinada classe ou categoria de sujeitos passivos.
 - (D) pode ser concedida somente em caráter geral, sob pena de afronta ao princípio da isonomia.
 - (E) quando em caráter individual, pode ser concedida por mero despacho da autoridade administrativa competente, independentemente de autorização legislativa.

DIREITO TRIBUTÁRIO

78. Escapa ao conceito de tributo a ideia de
- (A) prestação pecuniária.
 - (B) compulsoriedade.
 - (C) penalidade.
 - (D) atividade administrativa vinculada.
 - (E) instituição por lei.

82. Assinale a assertiva que estiver em consonância com o que dispõe o Código Tributário Nacional no que concerne à “legislação tributária”.

- (A) Interpreta-se literalmente a legislação tributária que disponha sobre a dispensa de obrigações tributárias acessórias.
- (B) As decisões dos órgãos singulares ou coletivos de jurisdição administrativa, a que a lei atribuir eficácia normativa, como normas complementares que são, entram em vigor na data de sua publicação.
- (C) A lei aplica-se a ato pretérito, independentemente de estar ou não definitivamente julgado, quando deixe de defini-lo como infração.
- (D) Do emprego da equidade, diante de ausência de disposição expressa na legislação tributária, poderá resultar dispensa do pagamento de tributo devido.
- (E) Os princípios gerais de direito privado utilizam-se para pesquisa da definição, do conteúdo e do alcance de seus institutos, conceitos e formas, inclusive, para definição dos respectivos efeitos tributários.

83. No tocante às garantias e privilégios do crédito tributário, assinale a alternativa correta.

- (A) Prefere a qualquer outro, seja qual for sua natureza ou o tempo de sua constituição, ressalvados, exclusivamente, os créditos decorrentes da legislação do trabalho.
- (B) Na falência, os créditos tributários preferem aos créditos extraconcursais e aos gravados com garantia real.
- (C) São considerados concursais os créditos tributários decorrentes de fatos geradores ocorridos no curso do processo de falência.
- (D) A cobrança judicial do crédito tributário é sujeita a habilitação em falência, recuperação judicial, inventário ou arrolamento.
- (E) São pagos, preferencialmente a quaisquer outros, os créditos tributários vencidos ou vincendos, a cargo de pessoas jurídicas de direito privado em liquidação judicial ou voluntária, exigíveis no decurso da liquidação.

84. Recebidos os embargos, oferecidos pelo devedor em processo de execução fiscal, o juiz mandará intimar a Fazenda que terá para impugná-los prazo de

- (A) 5 dias.
- (B) 10 dias.
- (C) 15 dias.
- (D) 30 dias.
- (E) 60 dias.

DIREITO AMBIENTAL

85. De acordo com os princípios relacionados ao Direito Ambiental, para assegurar o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, incumbe ao Poder Público

- (A) a pesquisa e a lavra das jazidas de petróleo e gás natural e outros hidrocarbonetos sólidos.
- (B) a comercialização de minérios e minerais nucleares inativos e seus derivados.
- (C) iniciar programas ambientais, independentemente de estarem incluídos na lei orçamentária anual.
- (D) conceder ou utilizar créditos ilimitados no manejo ecológico das espécies equilibradas.
- (E) fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético.

86. De acordo com a Lei n.º 9.605/98, nos casos de crimes praticados contra a fauna, a pena é aumentada até o triplo, quando o crime for praticado em decorrência do exercício

- (A) de caça profissional.
- (B) em período proibido à caça.
- (C) em unidade de conservação.
- (D) durante a noite.
- (E) contra espécie rara.

87. Diante da preocupação com a extinção de espécies, pode-se afirmar que o Código de Caça brasileiro (Lei n.º 5.197/67) prevê que

- (A) apenas espécies de peixes exóticos poderão ser introduzidas no País, sem parecer técnico oficial favorável e licença expedida na forma da Lei.
- (B) é permitido o exercício da caça profissional para exportação de peles e couros em bruto para o Exterior.
- (C) as licenças de caçadores serão concedidas, mediante pagamento de uma taxa anual equivalente a um décimo do salário-mínimo mensal.
- (D) somente é permitida a exportação de peles e couros de anfíbios e répteis, em bruto.
- (E) o pagamento das licenças, registros e taxas, previstos nesta Lei, será recolhido à Caixa Econômica Federal, em conta especial, a crédito do Fundo Federal Agropecuário, sob o título “Recursos da Fauna”.

88. De acordo com a Política Nacional de Irrigação, estabelecida pela Lei n.º 6.662/79, a concessão ou a autorização de distribuição de águas públicas, para fins de irrigação, extingue-se na seguinte hipótese:
- (A) adimplemento, credulidade e captação.
 - (B) poluição ou salinização das águas, com prejuízos de terceiros.
 - (C) dissolução ou solvência da entidade concessionária ou autorizada.
 - (D) a critério da entidade concessionária ou autorizada, quando ocorrer abandono do órgão ou entidade pública.
 - (E) a critério da entidade concessionária ou autorizada, quando ocorrer renúncia do órgão ou entidade pública.
89. Conforme a Lei n.º 6.938/81, a Política Nacional do Meio Ambiente visará
- (A) ao cancelamento de critérios e padrões fixos de qualidade ambiental e de normas relativas ao uso e manejo de recursos ambientais.
 - (B) ao desenvolvimento de pesquisas e de tecnologias estrangeiras orientadas para o uso comercial de recursos ambientais.
 - (C) à definição de áreas prioritárias de ação governamental relativas à quantidade e ao equilíbrio comercial e ecológico, atendendo exclusivamente interesses da União.
 - (D) à imposição, ao poluidor e ao predador, da contribuição pela utilização de recursos ambientais com fins exclusivamente políticos.
 - (E) à compatibilização do desenvolvimento econômico-social com a preservação da qualidade do meio ambiente e do equilíbrio ecológico.
90. Com relação à tutela penal do meio ambiente, pode-se afirmar que
- (A) a responsabilidade das pessoas jurídicas exclui a responsabilidade das pessoas físicas, autoras, co-autoras ou partícipes do mesmo fato.
 - (B) a situação econômica do infrator deverá ser observada pela autoridade competente para a imposição e gradação da pena de multa.
 - (C) a penalidade de prestação domiciliar poderá ser aplicada às pessoas físicas e jurídicas.
 - (D) a manutenção de espaços privados consiste em uma das formas de prestação de serviços à comunidade pela pessoa jurídica.
 - (E) o elevado grau de instrução ou escolaridade do agente é circunstância atenuante da pena.
91. No tocante ao prazo máximo a ser observado em um processo administrativo para apuração de infração ambiental, é correto afirmar que será de
- (A) vinte dias para o infrator oferecer defesa ou impugnação contra o auto de infração, contados da data da ciência da autuação.
 - (B) vinte dias para a autoridade competente julgar o auto de infração, contados da data da sua lavratura, apresentada ou não a defesa ou impugnação.
 - (C) quarenta dias para o infrator oferecer defesa ou impugnação contra o auto de infração, contados da data da sua lavratura.
 - (D) quarenta dias para a autoridade competente julgar o auto de infração, contados da data da ciência da autuação.
 - (E) quarenta dias para o pagamento de multa, contados da data do recebimento da notificação.
92. Tem legitimidade para propositura de Ação Civil Pública de responsabilidade por danos causados ao meio ambiente
- (A) o Presidente do Senado.
 - (B) o Presidente da Câmara dos Deputados.
 - (C) o Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal.
 - (D) o Conselho da República.
 - (E) a Defensoria Pública.

DIREITO ADMINISTRATIVO

93. Analise as afirmativas sobre o poder disciplinar no direito administrativo brasileiro.
- I. Toda condenação criminal por delito funcional acarreta a punição disciplinar, mas nem toda falta administrativa exige sanção penal.
 - II. Ao poder disciplinar aplica-se o princípio da pena específica, conhecido no direito penal pelo brocardo *nullum crimen, nulla poena sine lege*.
 - III. Com base no discricionarismo aplicável ao poder disciplinar, o administrador poderá escolher a penalidade e a graduação da pena dentre as várias possíveis a serem impostas ao infrator.
 - IV. O Judiciário, verificando que a pena aplicada pelo poder disciplinar da Administração não corresponde à gravidade do delito, poderá determinar outro tipo de pena ou graduar a pena de forma distinta.
- Está correto, apenas, o que se afirma em
- (A) I e II.
 - (B) I e III.
 - (C) II e III.
 - (D) II, III e IV.
 - (E) III e IV.

94. Um particular comete um delito que implica penalidade a ser imposta pelo poder de polícia. Assinale a alternativa que indica um tipo de penalidade que, em tese, não poderia ser aplicada ao administrado em decorrência desse poder da Administração.
- (A) Interdição de atividade.
 - (B) Demolição de construção.
 - (C) Fechamento de estabelecimentos.
 - (D) Proibição de circulação após determinado horário.
 - (E) Proibição de comercialização ou fabricação de certos produtos.
95. Taciano foi aprovado em concurso da magistratura, em 20 de outubro de 2007, e iniciou o exercício das suas funções no cargo em 16 de novembro de 2007. Em 25 de outubro de 2009, restou apurado e comprovado que Taciano cometeu falta grave, tendo se mostrado de insuficiente capacidade de trabalho no cargo de juiz. Em consequência desse fato, nos termos da Lei Orgânica da Magistratura Nacional, Taciano estará sujeito a sofrer a seguinte penalidade:
- (A) exoneração.
 - (B) disponibilidade.
 - (C) demissão.
 - (D) aposentadoria compulsória.
 - (E) remoção.
96. Jonas é servidor público ocupante de cargo de confiança, tendo sido livremente nomeado pelo seu superior hierárquico. Por ser um servidor exonerável *ad nutum*, Jonas foi dispensado do cargo, tendo seu superior alegado que Jonas teria agido com improbidade administrativa, embora esse fato não tenha ocorrido, sendo apenas uma desculpa, um falso motivo, para a exoneração do servidor. Em vista dessa situação, assinale a alternativa correta.
- (A) O superior de Jonas agiu dentro da legalidade, tendo em vista que se trata de cargo de confiança.
 - (B) Como se trata de ato discricionário, para o qual a lei dispensa a motivação, Jonas nada poderá fazer contra esse ato do seu superior.
 - (C) Jonas somente poderia ser dispensado desse tipo de cargo após julgamento em processo administrativo com ampla defesa do acusado.
 - (D) A conduta do superior, embora prejudicial a Jonas, não poderá ser revertida, uma vez que já se consumou o ato.
 - (E) A teoria dos motivos determinantes poderá ser utilizada para invalidar o ato, mesmo em se tratando de cargo de exoneração *ad nutum*.
97. José, funcionário público, recebeu dinheiro para deixar de tomar determinada providência a que estava obrigado em decorrência do cargo que ocupa. Assim sendo, em virtude da Lei de Improbidade Administrativa, José estará sujeito, entre outras, à pena de
- (A) perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio.
 - (B) pagamento de multa civil de até dez vezes o valor do seu acréscimo patrimonial.
 - (C) cassação dos seus direitos políticos.
 - (D) suspensão dos direitos políticos por um prazo de cinco a oito anos.
 - (E) suspensão da função pública.
98. Determinado Ente Público quer fazer a contratação dos serviços de instituição nacional sem fins lucrativos, incumbida regimentalmente do desenvolvimento científico e tecnológico. De acordo com a Lei n.º 8.666/93, a licitação para essa contratação
- (A) deverá ser feita na modalidade de concorrência.
 - (B) deverá ser feita na modalidade tomada de preços, se o valor do contrato for superior a oito mil reais.
 - (C) poderá ser feita na modalidade convite.
 - (D) poderá ser dispensada, desde que a pretensa contratada detenha inquestionável reputação ético-profissional.
 - (E) será inexigível, desde que o serviço seja destinado à publicidade e divulgação.
99. Assinale a alternativa correta a respeito da desapropriação.
- (A) É forma secundária de aquisição de propriedade.
 - (B) É um procedimento administrativo que se realiza em três fases: a declaratória, a instrutória e a executória.
 - (C) Todos os bens e direitos podem ser desapropriados, exceto o subsolo e o espaço aéreo.
 - (D) Os bens de autarquias e fundações públicas não se sujeitam à desapropriação.
 - (E) A declaração expropriatória por necessidade pública caduca em dois anos e a por utilidade pública, em cinco anos.
100. O tombamento
- (A) pode acarretar restrição individual, mas não pode ocasionar limitação de caráter geral.
 - (B) provisório terá efeitos pelo prazo de sessenta dias.
 - (C) impede a alienação ou a doação do bem tombado.
 - (D) sempre ensejará indenização ao proprietário.
 - (E) definitivo não pode ser cancelado pela Administração.